

# Ambientalistas defendem a devolução paga de garrafas de plástico

4 de Junho, 2018

As várias medidas em cima da mesa, nomeadamente aquelas avançadas pelos partidos na Assembleia da República, “para legislar sobre descartáveis, taras recuperáveis ou maior aumento de garrafas reutilizáveis, podem colocar Portugal na linha da frente” na luta contra os plásticos, disse à agência Lusa Carmen Lima, da Quercus.

“Somos dos países europeus com maior costa e mais expostos à poluição marinha, por isso, temos uma maior responsabilidade, e, se aquelas propostas forem aprovadas, começamos a dar resposta a questões” colocadas no documento da Comissão Europeia com a meta de, por exemplo, recolher 90% das garrafas de bebidas de plástico descartáveis até 2025.

Para Susana Fonseca, da Associação Sistema Terrestre Sustentável Zero, “provavelmente o único caminho” para se atingir aquele objetivo será introduzir um sistema de tara também para as embalagens não retornáveis, recicláveis, como existe em alguns países, nomeadamente na Noruega.

“Face aos resultados atuais, em Portugal e em outros países, sem um sistema de depósito, não vamos chegar lá”, realçou, em declarações à agência Lusa.

A proposta é que a cada compra de uma garrafa, por exemplo de água, mesmo de uso único, descartável, é paga uma tara e só quando é devolvida a embalagem, a uma máquina ou a um funcionário, é recebida a tara.

“Isto vai modelar o comportamento, levando a que as pessoas não abandonem as embalagens ou as coloquem no ecoponto errado”, defende Susana Fonseca.

Assinalando que “é difícil imaginar a sociedade sem plástico”, Carmen Lima salienta que esta característica acabou por tornar-se um problema para o ambiente.

O plástico deixado na natureza dispersa-se e vai parar aos oceanos, onde se fragmenta em pedaços muito pequenos, sendo ingeridos pelos animais e chegando ao prato dos consumidores, no sal, algas, peixes e aves.

As duas ambientalistas concordam quanto ao conhecimento que os portugueses já têm do problema e também quanto à resistência à mudança de hábitos e ao desconhecimento acerca de alternativas mais amigas do ambiente em produtos como cotonetes, talheres, palhinhas ou paus de balões, focados nas políticas comunitárias.

A Quercus aponta que as medidas na restauração serão mais fáceis de aplicar, já que a associação do setor tem um projeto para sensibilizar os seus associados e existe “alguma preocupação e consciência do Ministério do Ambiente, assim como de várias associações” e da própria indústria, para a necessidade de reduzir o consumo de plástico.

A ambientalista da Zero espera que haja políticas públicas para que as embalagens reutilizáveis sejam mais baratas, com o consumidor a pagar somente o conteúdo.

Outra vertente da análise é: “Quem coloca os produtos no mercado deve ser responsável pelos custos inerentes ao seu correto tratamento em final de vida, isso poderia diferenciar as soluções mais sustentáveis das menos sustentáveis”, descreve Susana Fonseca.

Comentando a questão de quem paga o custo deste sistema neste momento, a ambientalista da Zero responde: “Somos todos nós enquanto sociedade pois os resíduos vão parar aos sítios mais estranhos, com impactos para o ambiente e para a nossa saúde”.

“É necessário proporcionar a mudança, porque, enquanto o consumidor tiver à sua disposição uma embalagem descartável, mais prática e muitas vezes mais barata do que uma reutilizável, for a um restaurante e não for beneficiado por levar as suas embalagens, é mais difícil que mais pessoas se mobilizem”, resumiu Susana Fonseca.

A Zero não defende, porém, a substituição do plástico fóssil pelo biodegradável, por exemplo nos copos, pois “os recursos têm sempre de vir de algum lado, há é que acabar com a cultura do descartável e substituir o plástico por outros materiais”.